



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS  
COMANDO DA ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR



DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

DJÚLHIA CRISTINA ALVARENGA GONÇALVES

**REFLEXO DA SAÚDE MENTAL NO COMBATE AO SUICÍDIO NA CARREIRA  
MILITAR**

GOIÂNIA-GO

2024

DJÚLIA CRISTINA ALVARENGA GONÇALVES

**REFLEXO DA SAÚDE MENTAL NO COMBATE AO SUICÍDIO NA CARREIRA  
MILITAR**

Artigo científico apresentado como exigência para conclusão da disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso de Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública pelo Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, sob a orientação do Prof. Eloise Paula Pereira.

GOIÂNCIA-GO

2024

# REFLEXO DA SAÚDE MENTAL NO COMBATE AO SUICÍDIO NA CARREIRA MILITAR

Djúlhia Cristina Alvarenga Gonçalves)<sup>1</sup>

Orientadora: Eloise Paula Pereira)<sup>2</sup>

## RESUMO

Este estudo aborda a relação entre saúde mental e incidência de suicídios na carreira militar, com enfoque na Polícia Militar de Goiás (PMGO). Identifica-se uma lacuna significativa entre as necessidades de apoio psicológico dos militares e os recursos disponíveis, evidenciando a importância crítica da saúde mental na prevenção do suicídio. O trabalho revelou que, apesar de uma crescente conscientização sobre o tema, existem barreiras substanciais à discussão aberta e ao acesso a recursos de apoio, principalmente devido ao estigma associado à saúde mental. Observa-se a necessidade de políticas mais robustas e efetivas de prevenção ao suicídio, assim como a implementação de programas de treinamento regulares sobre saúde mental para desmistificar o assunto e promover uma cultura de apoio e resiliência.

**Palavras-chave:** Saúde Mental. Prevenção do Suicídio. Carreira Militar. Polícia Militar de Goiás.

## ABSTRACT

This study addresses the relationship between mental health and the incidence of suicide in the military career, focusing on the Military Police of Goiás (PMGO). A significant gap is identified between military personnel's psychological support needs and available resources, highlighting the critical importance of mental health in suicide prevention. The work revealed that, despite growing awareness of the topic, there are substantial barriers to open discussion and access to support resources, mainly due to the stigma associated with mental health. There is a need for more robust and effective suicide prevention policies, as well as the implementation of regular training programs on mental health to demystify the subject and promote a culture of support and resilience.

**Keywords:** Mental Health. Suicide Prevention. Military Career. Military Police of Goiás.

---

<sup>1</sup> Aluno do Curso de Formação de Praças – 2ª Turma, Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás, email: djulhiaalvarenga@gmail.com. Telefone: (62)98174-3389.

<sup>2</sup> Orientador. Professora da Especialização em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia de Polícia Militar. Graduado em Administração e Psicologia e Especialista em Ciências Policiais, Psicologia Jurídica e Avaliação Psicológica. Email: 35666eloise@gmail.com. Telefone: 62 98299-2706

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde mental dos profissionais militares, especialmente no contexto da Polícia Militar de Goiás, emerge como um tema de significativa importância. Este campo, historicamente marcado por uma cultura de resistência e resiliência, frequentemente negligencia as vulnerabilidades psicológicas. No entanto, o aumento notável dos casos de suicídio entre os militares aponta para a necessidade de uma revisão crítica e humanizada dessa abordagem. Esta pesquisa insere-se neste contexto, buscando compreender como a saúde mental afeta diretamente a incidência de suicídios na carreira militar, um aspecto ainda subestimado em muitos estudos anteriores.

Dados recentes indicam uma crescente preocupação com a saúde mental no ambiente militar, tornando evidente a lacuna existente entre as necessidades psicológicas dos militares e os recursos disponíveis para atendê-las. Esta realidade não apenas afeta o bem-estar individual, mas também impacta a eficácia e a eficiência das operações militares. Nesse sentido, este estudo busca conectar-se com pesquisas anteriores, expandindo a compreensão sobre como o bem-estar mental dos militares pode influenciar diretamente sua predisposição ao suicídio, uma questão crítica que requer atenção urgente (VIROTE; OLIVEIRA, 2019).

A relevância deste estudo reside na sua capacidade de trazer informações vitais para a promoção da saúde mental na Polícia Militar de Goiás. O entendimento aprofundado do impacto da saúde mental na incidência de suicídios pode orientar o desenvolvimento de políticas e práticas mais eficazes, visando não apenas a prevenção do suicídio, mas também o fortalecimento da resiliência psicológica dos militares. Esta pesquisa tem o potencial de preencher lacunas deixadas por estudos anteriores, que muitas vezes não abordaram diretamente a complexa relação entre saúde mental e suicídio na carreira militar.

Além disso, este estudo é essencial para moldar uma cultura mais empática e consciente dentro da instituição militar, onde questões de saúde mental são frequentemente marginalizadas. Ao destacar a urgência desta problemática, espera-se influenciar positivamente as políticas internas, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e saudável. Isso, por sua vez, beneficia não apenas os membros

da força, mas também a sociedade em geral, ao garantir que os encarregados da segurança pública estejam mentalmente aptos para suas funções.

A questão central que norteia esta pesquisa é: De que maneira a saúde mental influencia a incidência de suicídios entre os profissionais da Polícia Militar de Goiás? Este problema reflete uma necessidade crítica de entender como fatores psicológicos, como estresse, depressão e ansiedade, contribuem para o suicídio entre os militares. A identificação de tais correlações não apenas esclarece as causas subjacentes, mas também possibilita a criação de estratégias preventivas eficazes, direcionadas especificamente para este grupo profissional.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar a relação entre saúde mental e a incidência de suicídios na carreira militar, com foco específico na Polícia Militar de Goiás. Pretende-se avaliar como fatores psicológicos influenciam essa tendência, contribuindo para uma compreensão mais profunda e uma abordagem mais efetiva na prevenção do suicídio nesse contexto. Já como objetivos específicos, busca-se identificar os principais fatores de saúde mental que influenciam o risco de suicídio entre os militares; avaliar a eficácia das políticas e programas existentes de apoio à saúde mental na Polícia Militar de Goiás; propor recomendações baseadas em evidências para melhorar a prevenção do suicídio e o bem-estar mental dos militares.

Neste contexto, a metodologia desta pesquisa será conduzida de maneira a abordar tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos. Será realizada uma análise de dados secundários sobre saúde mental e suicídios na Polícia Militar, combinada com uma pesquisa bibliográfica abrangente, incluindo artigos, teses e outros documentos acadêmicos relevantes. Além disso, dados qualitativos serão coletados por meio de questionários aplicados a um grupo de militares em Goiás, buscando capturar suas experiências e percepções pessoais sobre saúde mental e o ambiente de trabalho.

## **2 REVISÃO DA LITERATURA**

Conforme apontado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), o suicídio é reconhecido como um grave problema de saúde pública em escala mundial. As estatísticas atualizadas fornecidas pela OMS evidenciam a gravidade dessa questão.

Em 2012, aproximadamente 800 mil pessoas morreram por suicídio globalmente, o que resulta em uma taxa de suicídio de 11,4 por 100 mil indivíduos, sendo 15,0 para homens e 8,0 para mulheres. Esses dados indicam que ocorre um suicídio a cada 40 segundos no mundo, totalizando mais de duas mil mortes diárias por esta causa (WHO, 2014).

É notável também que as tentativas de suicídio ocorrem em uma frequência aproximadamente vinte vezes maior do que os casos de suicídios efetivamente consumados. Essa realidade amplifica a relevância do problema e seus impactos sociais devastadores. Entretanto, devido à sensibilidade do tema e à sua ilegalidade em algumas nações, acredita-se que muitos casos não sejam reportados. Frequentemente, suicídios são erroneamente registrados como acidentes ou atribuídos a outras causas, ou ainda, ocultados por familiares devido a sentimentos de vergonha ou culpa (WHO, 2014).

Adicionalmente, o suicídio é frequentemente visto como uma forma inaceitável de morte, levando ao ocultamento dos verdadeiros motivos em situações de luto, para evitar enfrentar as emoções mais dolorosas (BOTEGA, 2015). O registro de suicídios envolve processos complexos e a participação de múltiplas entidades, incluindo, em alguns casos, autoridades policiais. A ausência de sistemas de registro confiáveis leva a uma subnotificação tanto dos casos consumados quanto das tentativas. No contexto da segurança pública, a Constituição Federal, em seu capítulo III, define os serviços de segurança pública, mencionando as responsabilidades das polícias civil e federal na investigação de crimes e da Polícia Militar na ação ostensiva contra a criminalidade. Ambas as forças operam de maneira integrada para garantir a ordem pública e a segurança das pessoas e do patrimônio.

O artigo 42 da mesma Constituição estabelece que os membros das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros seguem uma estrutura baseada em hierarquia e disciplina, com direitos e deveres militares específicos. Os policiais, como funcionários públicos, são admitidos mediante concurso público, como estabelecido pela Polícia Militar do Estado de São Paulo e pela Lei Complementar nº 1.291/2016. Eles passam por avaliações de saúde física e psicológica, bem como por testes de aptidão física e mental, antes de serem treinados em academias de polícia. Após a formação, iniciam suas funções de combate ao crime. Entretanto, levanta-se a questão sobre o que afeta a saúde mental desses profissionais, levando-os ao suicídio após anos de serviço,

considerando o ambiente de trabalho violento e estressante ao qual estão expostos (FRANCO, 2023).

É imperativo reconhecer a necessidade de implementar estratégias de prevenção e apoio para profissionais da segurança pública, enfatizando a importância de cuidar daqueles que têm o papel de cuidar da sociedade. A prevenção do suicídio entre os policiais militares é uma questão de extrema relevância, dada a natureza desafiadora de seu trabalho, que pode intensificar os riscos e dificultar as iniciativas de prevenção. É fundamental destacar que a busca de ajuda não deve ser vista como um sinal de fraqueza, mesmo em um contexto onde admitir pensamentos suicidas ou problemas domésticos pode ser percebido como perda de controle. A disponibilidade de assistência profissional é um recurso valioso para esses indivíduos.

A rotina intensa enfrentada por esses profissionais pode impactar significativamente sua capacidade de auxiliar outros, e quando se sentem incapazes de desempenhar suas funções, é aconselhável que busquem apoio, seja através de diálogos com colegas ou profissionais de saúde mental, evitando reter seus sentimentos. Pesquisas indicam a prevalência de sofrimento psíquico entre policiais militares, com uma notável falta de atenção por parte dos profissionais de saúde e das próprias corporações, muitas das quais carecem de recursos humanos e materiais para um enfrentamento mais efetivo (FRANCALACCI, 2022).

Os fatores que podem desencadear desequilíbrios na saúde mental desses profissionais começam já no treinamento, onde são condicionados a manter um comportamento disciplinado e resistente a pressões. Essa condição se estende ao longo de suas carreiras, onde estão constantemente expostos a situações extremas como homicídios e violência, o que pode levar ao desenvolvimento de uma indiferença emocional. A natureza exigente do trabalho policial, combinada com a necessidade de portar armas, agrava essas condições (ANDRADE; SOUZA; MINAYO, 2009).

Além disso, os policiais militares vivem em constante vigilância, tanto em razão das ameaças ligadas à criminalidade quanto da pressão social por bom desempenho. Esse estado permanente de alerta afeta diversos aspectos de suas vidas, inclusive o convívio social, levando-os a evitar certas atividades ou locais por questões de segurança (SOUZA et al., 2012). A identidade do policial, muitas vezes, funde-se de tal forma com a profissão que essa dissociação não ocorre, influenciando seu comportamento em todas as esferas da vida, inclusive fora do serviço (SPODE, 2004).

Segundo a Academia de Polícia Civil de Santa Catarina (2023), existe uma correlação entre sintomas de distúrbios psicológicos e vários resultados relacionados ao uso de armas. O suicídio por arma de fogo surge como o efeito mais significativo. Outras manifestações incluem condutas violentas contra terceiros e uma maior disposição para adotar comportamentos arriscados devido a um juízo imprudente, influenciados por distúrbios mentais.

É importante destacar que determinadas enfermidades psiquiátricas estão ligadas a índices mais altos de violência e suicídio. Transtornos afetivos, como depressão e transtorno bipolar, dependência de substâncias e certos transtornos de personalidade, como o transtorno de personalidade limítrofe (borderline), são associados a uma elevada incidência de suicídios. Já os transtornos de ansiedade podem levar a deficiências no desempenho de tiro, disparos acidentais e negligência devido a falhas no processo decisório. Múltiplos fatores incrementam o risco de suicídio, incluindo problemas de saúde mental, dívidas, conflitos matrimoniais, estresse ocupacional, histórico de tentativas prévias de suicídio e isolamento social.

Pesquisas nacionais e internacionais revelam que o uso de armas de fogo é o método predominante para suicídio entre profissionais da segurança pública. A disponibilidade e o acesso facilitado a armamentos, inerentes à profissão, elevam significativamente a probabilidade de um desfecho fatal. Além disso, possuir uma arma de fogo torna mais fácil a conversão de pensamentos suicidas em ações concretas. O perigo é intensificado quando a arma está carregada e desprovida de travas de segurança. Tais informações indicam a importância de restringir o acesso a armas em períodos de crise (ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, 2023).

Portanto, as abordagens preventivas ao suicídio no ambiente de trabalho deveriam focar na limitação ao acesso aos meios letais, além de promover políticas para diminuir o estigma associado à saúde mental e incentivar a procura por ajuda profissional, entre outros suportes. Estudos também demonstraram uma relação entre comportamento violento em operações policiais de alto risco e condições clínicas como burnout e transtorno de estresse pós-traumático. Em uma pesquisa com policiais holandeses, observou-se que aqueles com altos índices de burnout, especialmente nas áreas de exaustão emocional e despersonalização, eram mais propensos a empregar força contra civis. Além disso, policiais com diagnóstico de estresse pós-traumático exibiram uma redução significativa na inibição da resposta

motora, resultando em impulsividade aumentada, maior probabilidade de erros na execução de tarefas e uma tendência elevada à violência (ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA, 2023).

A identificação dos fatores de risco associados à predisposição ao suicídio constitui uma abordagem eficaz para sua prevenção. Pesquisas realizadas nos Estados Unidos identificaram uma correlação entre o crescimento no número de suicídios entre policiais e diversos fatores, como o abuso de substâncias alcoólicas, dificuldades nas relações interpessoais, isolamento social dentro do grupo de colegas, transtornos depressivos e a fácil acessibilidade a armas de fogo. Recentemente, um aumento na violência tem imposto exigências e pressões intensificadas sobre as instituições de segurança pública. Essas organizações enfrentam a demanda social de combater a criminalidade e reduzir as taxas crescentes de delitos nas áreas urbanas.

Contudo, muitas unidades policiais demonstram uma deficiência em recursos humanos e materiais necessários para um enfrentamento efetivo e direcionado. No aspecto individual, os policiais experienciam uma carga excessiva, tanto física quanto emocional, devido às constantes exigências sociais e institucionais. Uma das várias consequências desse excesso de trabalho é a deterioração da saúde mental, que pode, em muitos casos, levar a tentativas de suicídio ou a suicídios efetivos entre esses profissionais. Os suicídios nesse contexto raramente são eventos isolados e frequentemente envolvem policiais com histórico de uso de substâncias ilícitas, depressão, abuso de álcool, ou uma combinação debilitante de fatores estressantes, que resultam em sentimentos de desesperança e desamparo. Geralmente, observa-se uma acumulação gradual de estresse, tensão e desmoralização, que pode se intensificar abruptamente, levando à crise suicida. Não é raro encontrar históricos de variações de humor ao longo da vida desses profissionais (DA SILVA; BUENO, 2017).

A preocupação com a saúde mental desses profissionais levou à realização de estudos, como o conduzido por Lima, Blank e Menegon (2015), que examinou a prevalência de transtornos mentais e comportamentais em policiais militares da região metropolitana de Florianópolis, SC, afastados para tratamento de saúde em 2012. O estudo revelou uma prevalência de 24% de transtornos entre os entrevistados, com uma associação positiva entre transtornos mentais e hierarquia, ressaltando a necessidade de estratégias específicas de prevenção e enfrentamento.

No plenário Senado, foi unanimemente aprovado o projeto de lei 4.815/2019, proposto pelo senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), que propõe a inclusão de iniciativas focadas na saúde mental e na prevenção do suicídio no âmbito do Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública, conhecido como Pró-Vida. Este projeto agora aguarda a avaliação da Câmara dos Deputados. O Pró-Vida, estabelecido pela Lei 13.675 de 2018, tem como finalidade principal prover apoio psicossocial e de saúde no ambiente de trabalho aos trabalhadores do setor de segurança pública. O projeto em questão visa incorporar na legislação vigente medidas específicas para a promoção da saúde mental. Estas medidas devem ser implementadas em colaboração entre a União, os estados e os municípios, e também enfocam o combate a discriminações e preconceitos.

Uma das obrigações estabelecidas pelo Pró-Vida é a publicação anual de estatísticas relacionadas a transtornos mentais e suicídios entre os profissionais de segurança, além de expandir seu escopo para incluir suporte aos familiares desses profissionais. O senador Jorge Kajuru (Cidadania-GO), relator do projeto, após a incorporação de diversas emendas, apresentou um texto substitutivo, que foi aceito pelos senadores. Em seu relatório, Kajuru ressaltou a importância crítica da atenção à saúde mental e à prevenção do suicídio no Brasil. Ele fez referência ao Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que revelou um total de 93 suicídios entre policiais civis e militares em 2018 e 91 em 2019. A taxa de suicídios entre policiais foi de 17,4 por 100 mil, significativamente superior à taxa da população em geral, que foi de seis por 100 mil habitantes em 2019. Kajuru destacou o dado alarmante de que, em 2019, o número de policiais que morreram por suicídio superou o número daqueles que faleceram em confrontos durante o serviço (SENADO, 2021).

### **3 METODOLOGIA**

Esta pesquisa adotará uma abordagem mista, integrando métodos quantitativos e qualitativos, complementada por uma extensa pesquisa bibliográfica, que será um componente essencial desta metodologia. Esta fase envolverá a revisão de literatura científica, artigos, teses, dissertações e outros documentos acadêmicos

relacionados à saúde mental em organizações militares e de segurança pública. Além disso, será realizada uma análise estatística de dados secundários disponíveis sobre saúde mental e suicídios na Polícia Militar. Esta análise envolverá a consulta de bases de dados oficiais, relatórios institucionais e estudos acadêmicos prévios. Paralelamente, para coletar dados qualitativos, serão aplicados questionários estruturados a um grupo selecionado de militares. Esses questionários serão desenvolvidos com o intuito de captar percepções, experiências pessoais e atitudes em relação à saúde mental e ao ambiente de trabalho na Polícia Militar. Os questionários serão aplicados em unidades da Polícia Militar em Goiás, garantindo uma amostra representativa.

O público-alvo consistirá em policiais militares de diferentes graduações e funções, buscando abranger uma ampla gama de experiências e perspectivas. O objetivo é contextualizar os dados coletados, compará-los com os achados de pesquisas anteriores e identificar lacunas na literatura existente.

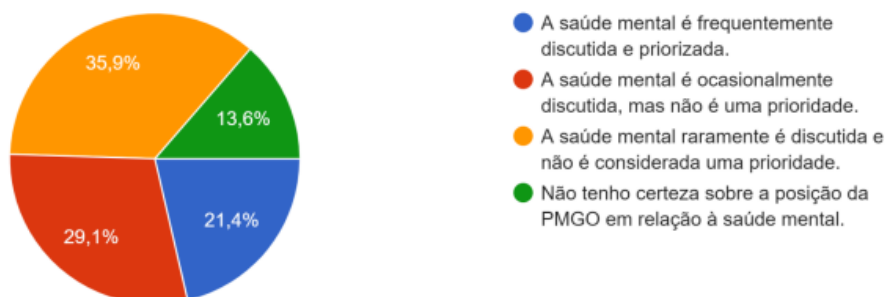
#### **4 RESULTADOS**

No total, 103 (cento e três) membros da Polícia Militar de Goiás (PMGO) responderam ao questionário, os resultados obtidos revelam percepções e experiências significativas sobre saúde mental e suas consequências na carreira militar, especialmente em relação ao suicídio. A análise dos dados sugere uma realidade multifacetada, com implicações diretas na eficácia operacional e no bem-estar dos profissionais.

A primeira pergunta foi sobre a percepção a saúde na carreira militar, conforme imagem a seguir:

### Percepção sobre a saúde mental na carreira militar:

103 respostas



A primeira série de dados indica que a saúde mental ainda não é uma prioridade consistentemente discutida e valorizada. Apenas 21,4% acredita que o assunto é frequentemente discutido e priorizado. Em contrapartida, uma porção substancial 29,1% percebe que o tema ocasionalmente abordado e não considerado prioritário, o que é preocupante, pois indica uma lacuna na atenção dada à saúde mental.

A segunda pergunta foi sobre a experiência pessoal dos entrevistados:

### Experiência pessoal com recursos de saúde mental oferecidos pelo Estado no âmbito militar:

102 respostas

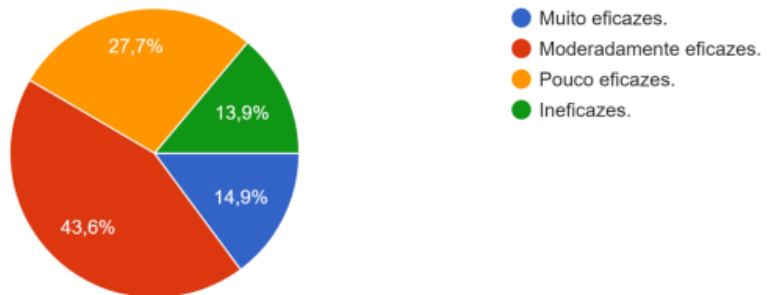


A experiência pessoal com os recursos de saúde mental oferecidos pelo Estado reflete que a maioria (64,7%) está ciente de tais recursos, mas nunca utilizou, ao passo que 18,6% afirmam não estarem cientes de nenhum recurso de saúde mental disponível, e 8,8% já tiveram acesso a tais recursos, porém, os consideraram inadequados. Isso denota um desconhecimento preocupante sobre o suporte disponível, além de uma possível ineficácia nos recursos que são conhecidos.

A terceira pergunta, abordou aspectos sobre prevenção:

#### Percepção da eficácia das políticas de prevenção ao suicídio na PMGO:

101 respostas

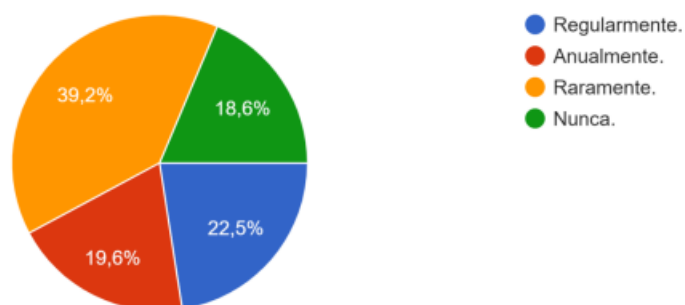


A avaliação da eficácia das políticas de prevenção ao suicídio mostra uma divisão, com a maioria (43,6%) julgando-as moderadamente eficazes, 27,7% acreditando em sua pouca eficácia, 13,9% apontando como ineficazes e apenas 14,9% considerando muito eficazes. Este cenário aponta para uma necessidade de revisão e fortalecimento das estratégias de prevenção ao suicídio dentro da PMGO.

A quarta pergunta foi relacionada ao treinamento e sensibilização dos policiais, vejamos:

#### Frequência de treinamento e sensibilização sobre saúde mental:

102 respostas



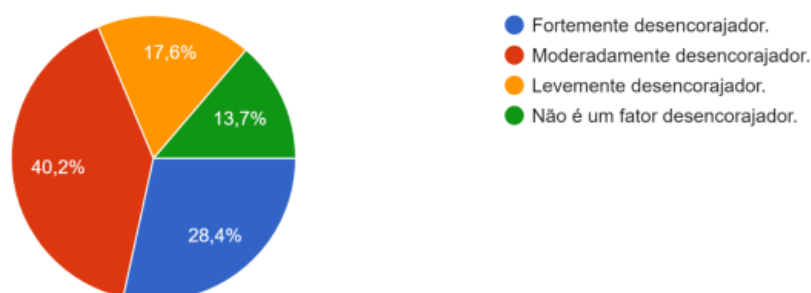
Em relação ao treinamento e sensibilização sobre saúde mental, há uma distribuição quase uniforme entre os que recebem treinamento regularmente (22,5%) e os que nunca recebem (18,6%), outros 39,2% afirmando que raramente recebem esse treinamento, indicando uma inconsistência no fornecimento de educação

continuada sobre o assunto. Esta inconsistência pode contribuir para uma percepção distorcida e para a estigmatização da saúde mental.

A quinta pergunta versa sobre estigmas relacionados à saúde mental:

Impacto do estigma associado à saúde mental na busca por ajuda:

102 respostas

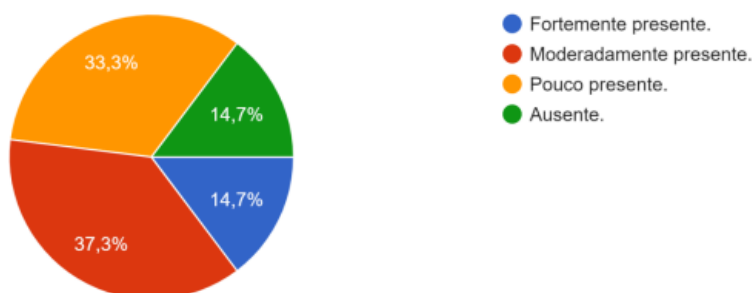


O estigma associado à saúde mental desempenha um papel relevante, com parcela significativa dos respondentes (40,2%) indicando algum nível de desencorajamento na busca por ajuda. Isto é particularmente problemático em um ambiente que exige resiliência e onde a vulnerabilidade muitas vezes é vista como fraqueza. O ambiente de apoio entre colegas é considerado fortemente desencorajador (28,4%) ou levemente desencorajador (17,6%), o que sugere que a solidariedade entre pares pode não ser suficientemente robusta para apoiar aqueles que enfrentam desafios de saúde mental.

A sexta pergunta abordou sobre o apoio entre colegas de trabalho em relação à saúde mental:

Presença de um ambiente de apoio entre colegas em relação à saúde mental:

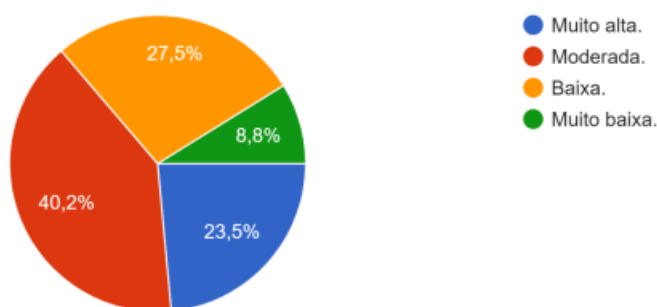
102 respostas



A maior parcela dos entrevistados, correspondendo a 37,3%, indica que o apoio é "moderadamente presente". "pouco presente" aparece em seguida, com 33,3% das respostas. As opções "fortemente presente" e "ausente" têm cada uma 14,7% das respostas, o que sugere uma menor percepção de apoio nesses níveis. Esses dados refletem uma visão negativa sobre o suporte à saúde mental entre colegas na amostra pesquisada, e ressaltam que há um espaço para melhorias.

A sétima pergunta diz respeito à incidência percebida de problemas de saúde mental entre os militares:

Incidência percebida de problemas de saúde mental entre os colegas:  
102 respostas

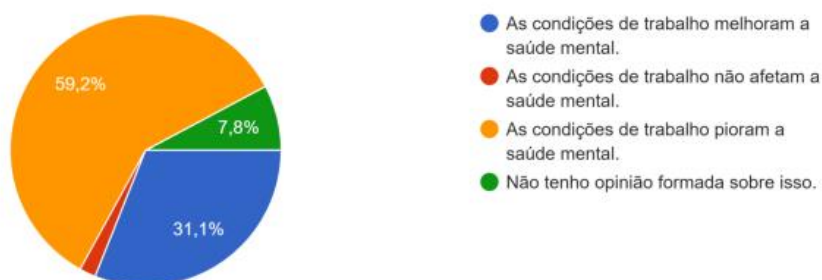


Os dados mostram que maior porcentagem, 40,2%, indica que a incidência percebida é "moderada". A segunda maior parcela, com 27,5%, considera a incidência "baixa". A opção "muito alta" é a terceira mais votada, com 23,5%, e a minoria, representando 8,8%, percebe a incidência de problemas de saúde mental como "muito baixa". Esses dados sugerem uma consciência significativa sobre questões de saúde mental no ambiente em questão, com uma tendência para reconhecer uma incidência moderada a alta desses problemas entre os colegas.

A oitava pergunta relaciona-se com a ligação entre condições de trabalho e saúde mental:

#### Percepção da relação entre condições de trabalho e saúde mental:

103 respostas

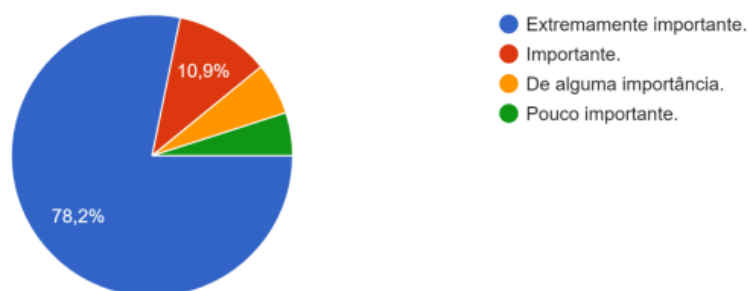


A maioria dos respondentes, correspondendo a 59,2%, acredita que as condições de trabalho pioram a saúde mental. Já 31,1% dos participantes sentem que as condições de trabalho melhoram a saúde mental. Uma minoria de 7,8% não tem opinião formada sobre a questão.

A nona pergunta versa sobre importância da saúde mental para questões vinculadas à eficácia operacional:

#### Importância atribuída à saúde mental para a eficácia operacional da PMGO:

101 respostas

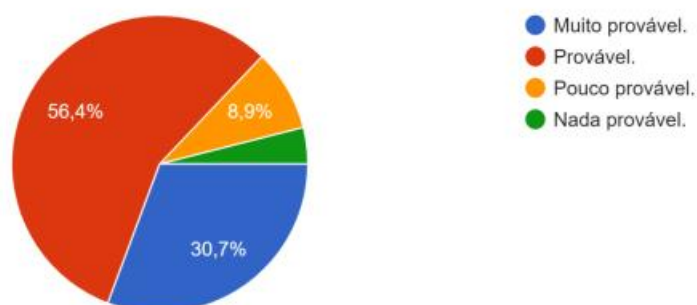


Quanto à importância atribuída à saúde mental para a eficácia operacional da PMGO, a maioria esmagadora dos respondentes (78,2%) reconhece sua extrema importância, e 10,9% consideram importante, reafirmando a saúde mental não apenas como uma questão de bem-estar individual, mas como um fator crítico para o desempenho profissional.

Por fim, a décima pergunta foca na disponibilidade dos militares para participar de programas de saúde mental:

Disponibilidade para participar de programas de saúde mental se oferecidos:

101 respostas



Aqui, existe uma disposição considerável em participar de programas de saúde mental se oferecidos, com a maioria dos respondentes expressando uma probabilidade de "provável" (56,4%) a "muito provável" (30,7%), e uma minoria entendendo como pouco provável (8,9%). Isso indica uma abertura positiva para iniciativas de suporte, apesar dos desafios do estigma e da percepção de eficácia das políticas atuais.

Assim, os dados coletados do questionário aplicado aos membros da Polícia Militar de Goiás (PMGO) desenharam um panorama complexo e revelador sobre a relação entre saúde mental e a carreira militar, evidenciando não apenas a necessidade de maior atenção e recursos dedicados a esta questão, mas também um crescente reconhecimento de sua importância para a eficácia operacional e a coesão da força.

## 5 DISCUSSÕES

Os resultados sugerem que, apesar de uma crescente consciência sobre a importância da saúde mental na PMGO, ainda existem barreiras significativas para a discussão aberta e o acesso a recursos de apoio. O estigma continua a ser um obstáculo poderoso, potencialmente inibindo a busca por ajuda e a participação em programas de suporte. A inconsistência observada na frequência de treinamento e sensibilização sobre saúde mental pode ser um reflexo da falta de políticas padronizadas e recursos dedicados. É indispensável que a PMGO desenvolva e

implemente programas de treinamento regulares e abrangentes, visando desmistificar a saúde mental e promover uma cultura de apoio e resiliência.

A percepção da eficácia das políticas de prevenção ao suicídio e a experiência com recursos de saúde mental existentes indicam que há muito espaço para melhoria. Políticas mais robustas e efetivas são necessárias, juntamente com uma divulgação e conscientização mais amplas sobre os recursos de apoio disponíveis. A disposição dos membros da PMGO em participar de programas de saúde mental é um sinal positivo e deve ser capitalizado. A implementação de programas de bem-estar deve ser acompanhada de esforços para reduzir o estigma e encorajar a participação. O ambiente de trabalho é percebido como um fator que pode tanto prejudicar quanto não afetar a saúde mental, sugerindo que as condições de trabalho são um ponto crítico a ser abordado e envolvem aspectos individuais.

A adoção de medidas que melhorem as condições de trabalho pode ser benéfica para a saúde mental e, por extensão, para a eficácia operacional. Em conclusão, este estudo destaca a complexidade do impacto da saúde mental no combate ao suicídio na carreira militar. Enquanto reconhece a importância da saúde mental, a PMGO enfrenta desafios significativos na implementação de políticas eficazes e na criação de um ambiente de trabalho de apoio. É imperativo que a instituição responda a essas descobertas com ações concretas, a fim de proteger a saúde e o bem-estar de seus membros, bem como para manter a eficácia operacional.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As explanações deste trabalho ressaltam a importância crítica da saúde mental para a prevenção do suicídio na carreira militar, com foco na Polícia Militar de Goiás (PMGO). Através da análise dos dados coletados e da revisão de literatura, identificou-se uma lacuna significativa entre a necessidade de apoio à saúde mental e os recursos disponíveis para atender a essa demanda entre os profissionais militares. Este estudo demonstrou que, apesar da crescente conscientização sobre a importância da saúde mental, persistem desafios substanciais que impedem a implementação eficaz de políticas de apoio e prevenção ao suicídio. Ficou evidente que o estigma associado à saúde mental constitui uma barreira significativa, inibindo a busca por ajuda e a participação em programas de suporte. A Tenente Coronel, Maria Cristina Garcia Costa Martins, em seu artigo “O LUGAR DA CLÍNICA NA PREVENÇÃO AOS

AGRAVOS EM SAÚDE MENTAL: COMO MENSURAR O QUE “NÃO CORRE (pág 69-71)”, relata que, “*ao longo de mais de dez anos de atendimento terapêutico, na região da Gamaleira, os casos de suicídio foram escassos, e aos que se mataram não estavam em tratamento*”, logo, isso possibilita inferir que a busca por atendimento clínico ajuda de forma significativa na prevenção do autoextermínio e a falta de atendimento por diversas vezes pode intensificar os anseios para o cometimento do suicídio.

A falta de treinamento regular e abrangente sobre saúde mental, aliada a uma percepção de ineficácia das políticas de prevenção ao suicídio existentes, destaca a necessidade urgente de ações concretas para melhorar a situação atual. Além disso, as condições de trabalho foram identificadas como um fator que pode tanto prejudicar quanto afetar a saúde mental dos profissionais, sugerindo que melhorias no ambiente de trabalho são essenciais para o bem-estar mental e a eficácia operacional. Este trabalho conclui que é imperativo para a PMGO desenvolver e implementar estratégias mais robustas e efetivas, focadas na promoção da saúde mental e na prevenção do suicídio. Um bom exemplo a ser observado é o Núcleo de Atenção Integral à Saúde (NAIS), é um ambiente alocado nos batalhões onde laboram os profissionais de saúde da Polícia Militar de Minas Gerais para atendimento aos militares e dependentes, o núcleo tem como enfoque, proporcionar que o militar tenha acesso facilitado ao atendimento preventivo em torno na saúde mental. Isso demonstra a preocupação com a tropa em se precaver, pois a informação passada pelo núcleo, permite uma leitura contextualizada do local onde alguns adoecimentos ocorrem e se estão relacionados as dificuldades na organização do trabalho. Fica evidente que o ato de prevenção é fundamental, pois pode contribuir na mudança dos estressores ambientais que impactam na saúde mental do militar.

Dessa maneira, recomenda-se a criação de programas de treinamento regulares e sensibilização sobre saúde mental, visando desmistificar o assunto e promover uma cultura de apoio e resiliência entre os profissionais. Além disso, é imprescindível ampliar a divulgação e a conscientização sobre os recursos de apoio disponíveis, melhorar as condições de trabalho e adotar medidas que reduzam o estigma associado à saúde mental. A disposição expressa pelos membros da PMGO em participar de programas de saúde mental é um sinal encorajador e deve ser capitalizada. Implementar programas de bem-estar, acompanhados de esforços para

reduzir o estigma e encorajar a participação ativa, pode contribuir significativamente para a melhoria do bem-estar mental dos militares.

Em última análise, proteger a saúde mental dos profissionais militares é fundamental não apenas para o bem-estar individual, mas também para a eficácia operacional da instituição e a segurança da sociedade como um todo. Portanto, urge que a PMGO e outras instituições militares reconheçam a saúde mental como uma prioridade estratégica, adotando uma abordagem mais humanizada e proativa na prevenção do suicídio. A implementação das recomendações sugeridas neste estudo tem o potencial de preencher as lacunas identificadas, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, onde os militares se sintam apoiados em suas questões de saúde mental, reduzindo assim a incidência de suicídios nesta população.

## REFERÊNCIAS

ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DE SANTA CATARINA – ACADEPOL. **Dossiê Psicologia Policial**. 2023. Disponível em: [Microsoft Word - Dossie Psico.docx \(acadepol.sc.gov.br\)](#). Acesso em: 20 jan. 2024.

ANDRADE, Edson Ribeiro; SOUZA, Edinilsa Ramos de; MINAYO, Maria Cecília S. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 275-285, 2009.

BOTEGA, Neury J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.

DA SILVA, Marco Antonio; BUENO, Helen Paola Vieira. O suicídio entre policiais militares na Polícia Militar do Paraná: esforços para prevenção. **Diretor/Comandante da Academia Policial Militar do Guatupê. Coordenador Geral da Revista de Ciências Policiais da APMG.**, p. 5, 2017.

FRANCALACCI, Maria Augusta de Freitas. **Saúde mental e suicídio entre policiais militares: um estudo bibliográfico**. 2022.

FRANCO, André Luiz Abul Hiss. **Saúde mental dos policiais como forma de obter um desenvolvimento sustentável**. *Unisantia Law and Social Science*, v. 12, n. 1, p. 382-392, 2023.

LIMA, Fabíola Polo de; BLANK, Vera Lúcia Guimarães; MENEGON, Fabricio Augusto. Prevalência de Transtorno Mental e Comportamental em Polícias Militares/SC, em Licença para Tratamento de Saúde. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Florianópolis, v. 3, n. 35, p. 824-840, 2015.

SENADO. **Promoção de saúde mental entre policiais é aprovada pelo Senado**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/06/promocao-de-saude-mental-entre-policiais-e-a-aprovada-pelo-senado>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SOUZA, Edinilsa Ramos de et al. Fatores associados ao sofrimento psíquico de policiais militares da cidade do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 7, p. 1297-1311, 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102311X2012000700008>>. Acesso em: 10 fev. 2024.

SPODE, Charlotte Beatriz. **Ofício de Oficial: Trabalho, Subjetividade e Saúde Mental na Polícia Militar**. 2004. Dissertação (Mestrado em Psicologia)–Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5366/000424905.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 07 jan. 2024.

VIROTE, Deborah Caetano; OLIVEIRA, Anderson Gomes de. **Depressão e suicídio na segurança pública**. 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.go.gov.br/pmgo/handle/123456789/1550>. Acesso em: 04 dez. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Preventing suicide: a global imperative**. Genebra:WHO, 2014. Disponível em: <[http://www.who.int/mental\\_health/suicide-prevention/world\\_report\\_2014/en/](http://www.who.int/mental_health/suicide-prevention/world_report_2014/en/)> Acesso em: 07 jan. 2024.

MARTINS, Maria Cristina Garcia Costa; GISCHEWSKI, Valéria Rezende. O lugar da clínica na prevenção aos agravos em saúde mental: como mensurar o que “não ocorre”. *Revista de Psicologia: Saúde Mental e Segurança Pública*, Belo Horizonte, v. 3, n. 6. p. 51-72, jan./jun. 2017.